

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- ELETROS

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações da mutação do patrimônio social	8
Demonstrações do plano de gestão administrativa consolidada	9
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	10
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	11
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios (DPT)	12
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	13
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	14
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício	15
Plano de benefício CV ONS - Demonstração do ativo líquido (DAL)	16
Plano de benefício CV ONS - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	17
Plano de benefício CV ONS - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	18
Plano de benefício CD CERON - Demonstração do ativo líquido (DAL)	19
Plano de benefício CD CERON - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	20
Plano de benefício CD CERON - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	21

Plano de benefício CV EPE - Demonstração do ativo líquido (DAL)	22
Plano de benefício CV EPE - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	23
Plano de benefício CV EPE - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	24
Notas Explicativas às demonstrações contábeis	25



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Déficit técnico acumulado do Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 12.5.1 e 16 às demonstrações contábeis, as quais descrevem que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os saldos de provisões matemáticas a constituir nos montantes de R\$ 357.394 mil e R\$ 229.262 mil, referentes aos déficits acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2015, respectivamente, consideraram os ajustes efetuados em seus planos de equacionamento, conforme previsto no termo de ajustamento de conduta (TAC), o qual foi submetido e aprovado pela Previc. As tratativas relacionadas ao assunto encontram-se em curso e conseqüentemente, o equacionamento e o atendimento ao TAC, dependem do desfecho do processo de análise e aprovação das patrocinadoras e seu órgão de controle (SEST/Ministério do Planejamento). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017
Disponível		75	33	Exigível operacional		17.551	17.050
Realizável		4.803.221	4.556.646	Gestão Previdencial	8	7.185	6.746
Gestão Previdencial	4	10.670	18.130	Gestão Administrativa	9	10.320	10.246
Gestão Administrativa	5	28.981	26.507	Investimentos		46	58
Investimentos	6	4.763.570	4.512.009	Exigível contingencial	10	34.445	33.452
Títulos Públicos	6.1	960.362	910.933	Gestão Previdencial		11.097	12.758
Créditos Privados e Depósitos	6.1	275.934	258.433	Gestão Administrativa		19.676	17.103
Ações	6.2	305.537	328.439	Investimentos		3.672	3.591
Fundos de Investimento	6.3	2.801.551	2.630.849	Patrimônio social		4.752.131	4.507.197
Investimentos Imobiliários	6.4	250.808	212.789	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.584.380	4.355.661
Empréstimos		165.706	166.977	Provisões Matemáticas	12	4.762.331	4.963.508
Depósitos Judiciais/Recursais		3.672	3.589	Benefícios Concedidos	12.1	3.823.799	3.372.186
Permanente		831	1.020	Benefícios a Conceder	12.2	1.590.344	1.686.981
Imobilizado		255	237	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	12.3	(651.812)	(95.659)
Intangível		576	783	Equilíbrio Técnico		(177.951)	(607.847)
Gestão Assistencial	7	28.163	27.386	Resultados Realizados		(177.951)	(607.847)
Total do Ativo		4.832.290	4.585.085	(-) Deficit Técnico Acumulado		(177.951)	(607.847)
				Fundos	13	167.751	151.536
				Fundos Previdenciais	13.1	52.638	46.077
				Fundos Administrativos	13.2	100.270	93.504
				Fundos de Investimentos	13.3	14.843	11.955
				Gestão Assistencial		28.163	27.386
				Total do Passivo		4.832.290	4.585.085

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Patrimônio Social – Inicio do Exercício	4.507.197	4.283.702	5,22
1. Adic�es	652.633	681.848	(4,28)
Contribui�es Previdenciais	192.902	185.147	4,19
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	407.331	447.692	(9,02)
Receitas Administrativas	41.412	39.216	5,60
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	8.100	8.073	0,33
Constitui�o de Fundos de Investimentos	2.888	1.720	67,91
2. Destina�es	(407.699)	(458.353)	(11,05)
Benefícios	(364.550)	(412.494)	(11,62)
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(403)	(2.144)	(81,20)
Despesas Administrativas	(40.476)	(41.165)	(1,67)
Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(2.270)	(2.550)	(10,98)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	244.934	223.495	9,59
Provisões matemáticas	(201.177)	686.477	(129,31)
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	429.896	(477.268)	(190,07)
Fundos Previdenciais	6.561	8.992	(27,04)
Fundos Administrativos	6.766	3.574	89,31
Fundos dos Investimentos	2.888	1.720	67,91
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	4.752.131	4.507.197	5,43
5. Gestão Assistencial	(2.233)	2.265	(198,59)
Receitas Assistenciais	97.804	91.391	7,02
Despesas Assistenciais	(100.037)	(89.126)	12,24

As notas explicativas integram as demonstra es contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	93.504	89.930	3,97
1. Custeio da gestão administrativa	49.512	47.289	4,70
1.1. Receitas	49.512	47.289	4,70
Custeio administrativo da gestão previdencial	5.462	5.375	1,62
Custeio administrativo dos investimentos	22.334	20.968	6,51
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	121	218	(44,50)
Receitas diretas	1.317	1.284	2,57
Resultado positivo líquido dos investimentos	8.100	8.073	0,33
Reembolso da gestão assistencial	9.321	9.183	1,50
Outras receitas	2.857	2.188	30,58
2. Despesas administrativas	40.924	39.236	4,30
2.1. Administração previdencial	16.632	13.647	21,87
Pessoal e encargos	12.279	10.028	22,45
Treinamentos/congressos e seminários	128	60	113,33
Viagens e estadias	35	43	(18,60)
Serviços de terceiros	2.560	2.072	23,55
Despesas gerais	1.154	987	16,92
Depreciações e amortizações	166	171	(2,92)
Tributos	310	286	8,39
2.2. Administração dos investimentos	13.535	14.854	(8,88)
Pessoal e encargos	10.436	11.444	(8,81)
Treinamentos/congressos e seminários	109	68	60,29
Viagens e estadias	30	49	(38,78)
Serviços de terceiros	1.839	1.972	(6,74)
Despesas gerais	980	1.126	(12,97)
Depreciações e amortizações	141	195	(27,69)
2.3. Administração assistencial	9.321	9.183	1,50
Despesas Administrativas	8.873	8.604	3,13
Constituição de contingências	448	579	(22,63)
2.4. Outras despesas	1.436	1.552	(7,47)
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	1.822	1.971	(7,56)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	0	2.508	(100,00)
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	6.766	3.574	89,31
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	6.766	3.574	89,31
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	100.270	93.504	7,24

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	2.031.228	2.008.227	1,15
Disponível	8	5	60,00
Recebível	69.154	74.655	(7,37)
Investimentos	1.962.066	1.933.567	1,47
Títulos públicos	630.539	600.574	4,99
Créditos Privados e Depósitos	204.353	191.633	6,64
Ações	110.369	144.151	(23,44)
Fundos de Investimento	737.283	742.048	(0,64)
Derivativos	-	-	-
Investimentos Imobiliários	181.937	154.358	17,87
Empréstimos	94.766	98.048	(3,35)
Depósitos Judiciais/Recursois	2.819	2.755	2,32
2. Obrigações	17.680	19.259	(8,20)
Operacional	4.429	4.398	0,70
Contingencial	13.251	14.861	(10,83)
3. Fundos não previdenciais	67.462	64.137	5,18
Fundos Administrativos	59.343	57.422	3,35
Fundos dos Investimentos	8.119	6.715	20,91
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.946.086	1.924.831	1,10
Provisões Matemáticas	2.110.667	2.528.726	(16,53)
Superavit (Deficit) Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
b) Ajuste de Precificação	37.048	35.382	4,71
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	127.533	(568.513)	(122,43)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	1.924.831	2.000.849	(3,80)
1. Adi�es	274.534	257.418	6,65
Contribui�es	76.637	65.488	17,02
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	197.897	191.930	3,11
2. Destina�es	(253.279)	(333.436)	(24,04)
Benefícios	(250.713)	(329.114)	(23,82)
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(395)	(4.896)	(91,93)
Custeio Administrativo	(2.171)	574	(478,22)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.255	(76.018)	(127,96)
Provisões Matemáticas	(418.059)	404.962	(203,23)
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	439.314	(480.980)	(191,34)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	1.946.086	1.924.831	1,10
C) Fundos Não Previdenciais	67.462	64.137	5,18
Fundos Administrativos	59.343	57.422	3,35
Fundos dos Investimentos	8.119	6.715	20,91

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.971.886	1.950.805	1,08
1. Provisões Matemáticas	2.110.668	2.528.726	(16,53)
1.1. Benefícios Concedidos	2.565.857	2.405.001	6,69
Benefício Definido	2.565.857	2.405.001	6,69
1.2. Benefício a Conceder	186.379	212.281	(12,20)
Benefício Definido	186.379	212.281	(12,20)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(641.568)	(88.556)	624,48
(-) Serviço passado	(35.121)	(63.891)	(45,03)
(-) Patrocinador(es)	(35.121)	(63.891)	(45,03)
(-) Deficit Equacionado	(606.447)	(24.665)	2.358,74
(-) Patrocinador(es)	(160.004)	(8.188)	1.854,13
(-) Participantes	(37.721)	(2.184)	1.627,15
(-) Assistidos	(408.722)	(14.293)	2.759,60
2. Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
2.1. Resultados Realizados	(164.581)	(603.895)	(72,75)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(164.581)	(603.895)	(72,75)
3. Fundos	8.119	6.715	20,91
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.119	6.715	20,91
4. Exigível Operacional	4.429	4.398	0,70
4.1. Gestão Previdencial	4.403	4.353	1,15
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	26	45	(42,22)
5. Exigível Contingencial	13.251	14.861	(10,83)
5.1. Gestão Previdencial	10.431	12.105	(13,83)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.820	2.756	2,32

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	1.944.543	1.833.723	6,04
Disponível	21	10	110,00
Recebível	33.478	29.825	12,25
Investimentos	1.911.044	1.803.888	5,94
Títulos públicos	209.128	197.750	5,75
Créditos Privados e Depósitos	47.809	45.440	5,21
Ações	130.644	132.348	(1,29)
Fundos de Investimento	1.400.765	1.315.319	6,50
Investimentos Imobiliários	68.871	58.431	17,87
Empréstimos	52.974	53.766	(1,47)
Depósitos Judiciais/Recurais	853	834	2,28
2. Obrigações	3.391	3.085	9,92
Operacional	1.873	1.597	17,28
Contingencial	1.518	1.488	2,02
3. Fundos Não Previdenciais	38.392	33.486	14,65
Fundos Administrativos	32.619	28.929	12,76
Fundos dos Investimentos	5.773	4.557	26,68
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.902.760	1.797.153	5,88
Provisões Matemáticas	1.880.486	1.770.450	6,22
Superavit (Deficit) Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
Fundos Previdenciais	35.644	30.655	16,27
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
b) Ajuste de Precificação	14.787	15.045	(1,71)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.417	11.093	(87,23)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo Líquido – In�cio do Exercício	1.797.154	1.617.553	11,10
1. Adic�es	203.952	249.934	(18,40)
Contribui�es	56.041	61.750	(9,25)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	147.911	185.431	(20,23)
Resultados a Realizar	-	2.753	(100,00)
2. Destina�es	(98.345)	(70.333)	39,83
Benefícios	(96.703)	(68.535)	41,10
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(7)	-	
Custeio Administrativo	(1.635)	(1.798)	(9,07)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	105.607	179.601	(41,20)
Provisões Matemáticas	110.036	170.946	(35,63)
Fundos Previdenciais	4.989	4.942	0,95
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(9.418)	3.712	(353,72)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	1.902.761	1.797.154	5,88
C) Fundos Não Previdenciais	38.392	33.486	14,65
Fundos Administrativos	32.619	28.929	12,76
Fundos dos Investimentos	5.773	4.557	26,68

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.911.925	1.804.795	5,94
1. Provisões Matemáticas	1.880.486	1.770.450	6,22
1.1. Benefícios Concedidos	1.147.487	884.672	29,71
Contribuição Definida	810.696	601.930	34,68
Benefício Definido	336.791	282.742	19,12
1.2. Benefício a Conceder	743.241	892.880	(16,76)
Contribuição Definida	690.384	803.744	(14,10)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	385.727	483.825	(20,28)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	304.657	319.919	(4,77)
Benefício definido	52.857	89.136	(40,70)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(10.242)	(7.102)	44,21
(-) Serviço passado	(10.242)	(7.102)	44,21
(-) Patrocinador(es)	(10.242)	(7.102)	44,21
2. Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
2.1. Resultados Realizados	(13.370)	(3.952)	238,31
(-) Déficit Técnico Acumulado	(13.370)	(3.952)	238,31
3. Fundos	41.418	35.212	17,62
3.1. Fundos Previdenciais	35.645	30.655	16,28
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.773	4.557	26,68
4. Exigível Operacional	1.873	1.597	17,28
4.1. Gestão Previdencial	1.858	1.586	17,15
4.2. Investimentos	15	11	36,36
5. Exigível Contingencial	1.518	1.488	2,02
5.1. Investimentos	665	654	1,68
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	853	834	2,28

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV ONS

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	604.479	526.302	14,85
Disponível	10	5	100,00
Recebível	4.523	3.371	34,17
Investimentos	599.946	522.926	14,73
Títulos públicos	44.427	40.527	9,62
Créditos privados e depósitos	17.841	16.255	9,76
Ações	51.845	42.422	22,21
Fundos de investimento	469.202	409.496	14,58
Empréstimos	16.631	14.227	16,90
2. Obrigações	655	562	16,55
Operacional	655	562	16,55
3. Fundos Não Previdenciais	5.445	4.040	34,78
Fundos Administrativos	4.523	3.371	34,17
Fundos dos Investimentos	922	669	37,82
5. Ativo Líquido (1-2-3)	598.379	521.701	14,70
Provisões Matemáticas	589.982	514.265	14,72
Fundos Previdenciais	8.397	7.436	12,92

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	521.699	439.725	18,64
1. Adic�es	92.113	94.536	(2,56)
Contribui�es	44.168	39.805	10,96
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	47.945	54.731	(12,40)
2. Destina�es	(15.433)	(12.562)	22,85
Benefícios	(14.523)	(11.666)	24,49
Custeio Administrativo	(910)	(896)	1,56
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	76.680	81.974	(6,46)
Provisões matemáticas	75.718	80.283	(5,69)
Fundos previdenciais	962	1.691	(43,11)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	598.379	521.699	14,70
C) Fundos não previdenciais	5.445	4.040	34,78
Fundos administrativos	4.523	3.371	34,17
Fundos dos investimentos	922	669	37,82

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	599.956	522.931	14,73
1. Provisões Matemáticas	589.982	514.265	14,72
1.1. Benefícios Concedidos	98.673	72.860	35,43
Contribuição definida	98.673	72.860	35,43
1.2. Benefício a Conceder	491.309	441.405	11,31
Contribuição definida	491.309	441.405	11,31
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	221.152	198.846	11,22
Saldo de Contas - Parcela Participantes	270.157	242.559	11,38
3. Fundos	9.319	8.105	14,98
3.1. Fundos Previdenciais	8.397	7.436	12,92
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	922	669	37,82
4. Exigível Operacional	655	562	16,55
4.1. Gestão Previdencial	652	561	16,22
4.2. Investimentos	3	1	200,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	103.486	84.684	22,20
Disponível	10	5	100,00
Recebível	3.219	3.192	0,85
Investimento	100.257	81.487	23,03
Títulos públicos	11.231	10.084	11,37
Créditos privados e depósitos	3.126	2.604	20,05
Ações	6.699	5.006	33,82
Fundos de investimento	79.201	63.793	24,15
2. Obrigações	205	187	9,63
Operacional	205	187	9,63
3. Fundos não previdenciais	3.219	3.192	0,85
Fundos administrativos	3.219	3.192	0,85
5. Ativo Líquido (1-2-3)	100.062	81.304	23,07
Provisões Matemáticas	94.849	77.013	23,16
Fundos Previdenciais	5.213	4.291	21,49

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	81.305	61.953	31,24
1. Adic�es	21.212	21.366	(0,72)
Contribui�es	14.444	13.784	4,79
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	6.768	7.582	(10,74)
2. Destina�es	(2.455)	(2.014)	21,90
Benefícios	(2.023)	(1.589)	27,31
Custeio administrativo	(432)	(425)	1,65
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	18.757	19.352	(3,07)
Provisões matemáticas	17.836	18.166	(1,82)
Fundos previdenciais	922	1.186	(22,26)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	100.062	81.305	23,07
C) Fundos não previdenciais	3.219	3.192	0,85
Fundos administrativos	3.219	3.192	0,85

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	100.267	81.491	23,04
1. Provisões Matemáticas	94.849	77.013	23,16
1.1. Benefícios concedidos	2.244	2.385	(5,91)
Contribuição definida	2.244	2.385	(5,91)
1.2. Benefício a conceder	92.605	74.629	24,09
Contribuição definida	92.605	74.629	24,09
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	45.567	36.648	24,34
Saldo de contas - Parcela participantes	47.038	37.981	23,85
3. Fundos	5.213	4.291	21,49
3.1. Fundos Previdenciais	5.213	4.291	21,49
4. Exigível Operacional	205	187	9,63
4.1. Gestão Previdencial	205	187	9,63

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	90.437	77.462	16,75
Disponível	10	7	42,86
Recebível	567	591	(4,06)
Investimentos	89.860	76.864	16,91
Títulos Públicos	8.710	7.936	9,75
Créditos Privados e Depósitos	2.805	2.501	12,16
Ações	5.980	4.514	32,48
Fundos de Investimento	71.030	60.978	16,48
Empréstimos e Financiamentos	1.335	935	42,78
2. Obrigações	111	106	4,72
Operacional	111	106	4,72
3. Fundos Não Previdenciais	596	606	(1,65)
Fundos Administrativos	567	591	(4,06)
Fundos dos Investimentos	29	15	93,33
5. Ativo Líquido (1-2-3)	89.730	76.750	16,91
Provisões Matemáticas	86.347	73.055	18,19
Fundos Previdenciais	3.383	3.695	(8,44)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	76.750	63.457	20,95
1. Adic�es	15.921	16.263	(2,10)
Contribui�es	9.109	8.245	10,48
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	6.812	8.018	(15,04)
2. Destina�es	(2.941)	(2.970)	(0,98)
Benefícios	(2.625)	(2.647)	(0,83)
Custeio Administrativo	(316)	(323)	(2,17)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.980	13.293	(2,35)
Provisões Matemáticas	13.292	12.120	9,67
Fundos Previdenciais	(312)	1.173	(126,60)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	89.730	76.750	16,91
C) Fundos não Previdenciais	596	606	(1,65)
Fundos Administrativos	567	591	(4,06)
Fundos dos Investimentos	29	15	93,33

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	89.870	76.870	16,91
1. Provisões Matemáticas	86.347	73.054	18,20
1.1. Benefício Concedidos	9.537	7.268	31,22
Contribuição Definida	9.537	7.268	31,22
1.2. Benefício a Conceder	76.810	65.786	16,76
Contribuição Definida	76.810	65.786	16,76
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	35.422	30.068	17,81
Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.388	35.718	15,87
3. Fundos	3.412	3.710	(8,03)
3.1. Fundos Previdenciais	3.383	3.695	(8,44)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	29	15	93,33
4. Exigível Operacional	111	106	4,72
4.1. Gestão Previdencial	110	105	4,76
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“ELETROS” ou “Entidade”) pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (“Eletrobras”) e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das demais patrocinadoras, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) vinculada ao Ministério da Fazenda.

Atualmente a ELETROS administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC, conforme exposto a seguir:

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

- **Plano CV ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Variável (CV), CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 477, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 5 de outubro de 2016, nesta última alteração ocorreu a adequação da nomenclatura de Plano CD ONS para Plano CV ONS, uma vez que há possibilidade de concessão de Renda Vitalícia desde a instituição do Plano em questão. Ressalta-se que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de nenhum benefício vitalício.
- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria SPC nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.
- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria PREVIC nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 998, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 29 de outubro de 2018.

As principais características da massa de participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS e a quantidade estão apresentadas a seguir:

Participantes 2018											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	
Ativos	163	54	1.183	46	590	49	979	44	315	42	3.230
Aposentados	1.318	72	508	64	10	62	116	65	18	67	1.970
Pensões	377	78	32	64	4	56	18	63	1	37	432
Total	1.858		1.723		604		1.113		334		5.632

Participantes 2017											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	
Ativos	207	54	1.279	46	600	48	971	44	323	41	3.380
Aposentados	1.313	71	423	63	9	62	96	64	15	67	1.856
Pensões	407	69	29	46	4	35	16	43	-	-	456
Total	1.927		1.731		613		1.083		338		5.692

Em 2018 a média de idade das pensionistas foi baseada na idade da pensionista de maior idade. Em 2017 a média foi realizada considerando todas as pensionistas.

A ELETROS administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF no 588, de 21/12/2005, e alteradas pelas IN SRF no 667, de 26/07/2006, e IN RFB no 1.315, de 03/01/2013, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da ELETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações; e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis de todos os planos de benefícios administrados pela Eletros, da Gestão Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial. As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas emitidas separadamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência e as contribuições dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa (conforme § 2º do artigo 10 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018).

O custeio dos planos da ELETROS é anualmente estabelecido na Demonstração Atuarial, quando da avaliação atuarial anual, respeitando os limites existentes nos regulamentos dos planos de benefícios.

c. Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) ***Títulos para negociação***

Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) ***Títulos mantidos até o vencimento***

Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

- a. Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.
- b. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
 - **Informações de Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - **Informações de Nível 2** - informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
 - **Informações de Nível 3** - dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a **Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) nº 29, de 13 de abril de 2018** e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Eletros são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - “Hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

g. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
 - **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- h. Provisões Matemáticas**
São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.
- i. Superavit/Deficit Acumulados**
Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Deficit é registrado em Resultados a Realizar subgrupo da rubrica Deficit Técnico Acumulado, já o Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.
- j. Estimativas Contábeis**
A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, basicamente aquelas relacionadas a planos de benefícios definidos; e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciários.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

l. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciários”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Ajuste de precificação

Em atendimento à Resolução CNPC nº 22/2015, é requerido que as EFPCs divulguem o Equilíbrio Técnico Ajustado nas Demonstrações do Ativo Líquido. Este ajuste é apurado do valor resultante da diferença positiva ou negativa do valor contábil dos títulos públicos federais, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atrelados à índice de preços, e o valor dos fluxos futuros desses títulos descontados pela taxa atuarial.

4 Realizável - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/18	31/12/17
Contribuições do mês	1.412	1.582
Contribuições contratadas	7.308	10.657
Outros realizáveis	961	3.877
Depósitos judiciais/recursais	990	2.014
Total	10.671	18.130

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pelas patrocinadoras Cepel e Eletrobras, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim demonstradas:

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)			Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vincendas	Encargos	Contratado	Parcela	31.12.18	31.12.17
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	153	27	*INPC + 6% a.a.	2.774	46	1.179	1.600
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	165	15	*INPC + 6% a.a.	2.894	50	734	1.244
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	165	15	*INPC + 6% a.a.	12.764	219	3.237	5.487
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	107	73	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	21	1.375	1.509
CF-022A/13	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	72	108	**URE + 5,5% a.a.	798	9	783	817
Total									7.308	10.657

(a) Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês. Garantias:

- Os contratos não possuem garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

(*) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

(**) URE - Unidade de Referência da Eletros.

Outros realizáveis

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Valores a receber da Eletrobras (a)	-	2.710
Outros valores a receber	961	1.166
Total	961	3.876

- (a) Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletrobras referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo movido por seus ex-empregados.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são apresentado a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Contas a receber	1.306	1.697
Responsabilidade de empregados	141	141
Responsabilidade de terceiros	824	710
Outros recursos a receber	341	846
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	253	547
Outros valores receber	88	299
Despesas Antecipadas	563	683
Depósitos Judiciais	19.875	17.033
Outros realizáveis	7.237	7.094
Convênio de interveniência com o INSS	6.974	6.697
Valores a receber dos assistidos	145	182
Outros valores a receber	118	215
Total	28.981	26.507

6 Realizável - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31/12/18	31/12/17
Títulos públicos	960.362	910.933
Notas do Tesouro Nacional	891.208	845.949
Letras Financeiras do Tesouro	69.154	64.984
Créditos privados e depósitos	275.934	258.433
Letras hipotecárias	197.413	186.318
Letras financeiras	71.581	66.799
Debêntures	9.628	8.004
Provisão para Créditos de Liquida Duvidosa	(2.688)	(2.688)
Ações	305.537	328.439
Instituições Financeiras	78.129	95.280
Companhias Abertas	227.408	233.159
Fundos de investimentos	2.801.551	2.630.850
Renda fixa	2.399.528	2.286.220
Ações	385.793	331.402
Participações	16.230	13.228
Investimentos imobiliários	250.808	212.789
Aluguéis e renda	250.808	212.789
Empréstimos	165.706	166.976
Empréstimos PCLD	167.206 (1.500)	168.458 (1.482)
Depósitos judiciais/recursais	3.672	3.589
Total de Investimentos	4.763.570	4.512.009

A rentabilidade consolidada dos planos em 2018 superou as metas previstas. Apesar da renda fixa ser o segmento com maior alocação nos planos, o principal segmento que proporcionou o bom desempenho foi a renda variável, seu retorno de 20,6% no ano foi determinante para superação das metas.

A Eletros mantém provisão de R\$ 2.688 mil em 2018 e 2017, procedimento que vem sendo adotado desde 2005, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães que está em liquidação judicial.

Gestão de Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A entidade manifesta a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

A seguir, demonstramos a composição da carteira de investimentos por planos de benefícios e do PGA, consolidada a posição apresentada em seus fundos exclusivos.

Em 31.12.18							
	BD		CD		CV		
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Investimentos							
Títulos Públicos	630.539	209.128	11.231	44.427	8.710	56.327	960.362
Créditos privados e depósitos	204.353	47.809	3.126	17.841	2.805	-	275.934
Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	-	305.537
Fundos de investimentos	737.283	1.400.765	79.201	469.202	71.030	44.070	2.801.551
Investimentos imobiliários	181.937	68.871	-	-	-	-	250.808
Empréstimos e Financiamentos	94.766	52.974	-	16.631	1.335	-	165.706
Depósitos Judiciais	2.819	853	-	-	-	-	3.672
Total de Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.257	599.946	89.860	100.397	4.763.570

Em 31.12.17							
	BD		CD		CV		
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Investimentos							
Títulos Públicos	600.574	197.750	10.084	40.526	7.936	54.063	910.933
Créditos privados e depósitos	191.633	45.440	2.604	16.255	2.501	-	258.433
Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513	-	328.439
Fundos de investimentos	742.048	1.315.319	63.793	409.496	60.978	39.216	2.630.850
Investimentos imobiliários	154.358	58.431	-	-	-	-	212.789
Empréstimos e Financiamentos	98.048	53.766	-	14.227	935	-	166.976
Depósitos Judiciais	2.755	834	-	-	-	-	3.589
Total de Investimentos	1.933.567	1.803.887	81.487	522.926	76.863	93.279	4.512.009

6.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos, dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos:

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	348.957	564.595
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
LFT	-	69.154	-	-	69.154
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	11.442	143.271	130.079	675.570	960.362
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581	197.413	-	6.940	275.934
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	76.826	169.292	-	288.910
Títulos Privados	70.313	207.678	-	-	277.991
Total	1.973.181	284.504	169.292	-	2.426.977
Total de Títulos	2.056.204	625.188	299.371	682.510	3.663.273

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
		50.470	156.300	330.468	537.238
NTN-B (a)	-	-	-	308.711	308.711
LFT (c)	-	64.984	-	-	64.984
Total de Títulos Públicos	-	115.454	156.300	639.179	910.933
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	568.744	156.300	644.495	3.465.248

- (a) Nota do Tesouro Nacional - Série B - Título indexado a variação do IPCA.
 (b) Nota do Tesouro Nacional - Série C - Título indexado a variação do IGP-M.
 (c) Letra Financeira do Tesouro - Título indexado a variação da SELIC.

6.1.1 Títulos para Negociação

a. Consolidado

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	77.796	77.796
LFT	-	69.154	-	-	69.154
Total de Títulos Públicos	-	69.154	-	77.796	146.950
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581	197.413	-	6.940	275.934
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	76.826	169.292	-	288.910
Títulos Privados	70.313	207.678	-	-	277.991
Total	1.973.181	284.504	169.292	-	2.426.977
Total de Títulos	2.044.762	551.071	169.292	84.736	2.849.861

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	69.862	69.862
LFT	-	64.984	-	-	64.984
Total de Títulos Públicos	-	64.984	-	69.862	134.846
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	518.274	-	75.178	2.689.161

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	-	197.413	-	6.940	204.353
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	448.693	-	-	-	448.693
Títulos Públicos	9.552	17.150	37.790	-	64.492
Títulos Privados	18.673	59.737	-	-	78.410
Total	476.918	76.887	37.790	-	591.595
Total de Títulos	476.918	274.300	37.790	6.940	795.948

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	186.317	-	5.316	191.633
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	553.897	-	-	-	553.897
Títulos Públicos	69	17.941	-	-	18.010
Títulos Privados	-	16.114	-	-	16.114
Total	553.966	34.055	-	-	588.021
Total de Títulos	553.966	220.372	-	5.316	779.654

c. *Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	51.959	51.959
LFT	-	30.623	-	-	30.623
Total de Títulos Públicos	-	30.623	-	51.959	82.582
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	47.809	-	-	-	47.809
Total de Títulos Privados	47.809	-	-	-	47.809
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	951.800	-	-	-	951.800
Títulos Públicos	23.794	42.718	94.133	-	160.645
Títulos Privados	35.554	99.554	-	-	135.108
Total	1.011.148	142.272	94.133	-	1.247.553
Total de Títulos	1.058.957	172.895	94.133	51.959	1.377.944

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	47.523	47.523
LFT	-	28.776	-	-	28.776
Total de Títulos Públicos	-	28.776	-	47.523	76.299
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	45.440	-	-	45.440
Total de Títulos Privados	-	45.440	-	-	45.440
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.064.279	-	-	-	1.064.279
Títulos Públicos	65	87.025	-	-	87.090
Títulos Privados	-	34.686	-	-	34.686
Total	1.064.344	121.711	-	-	1.186.055
Total de Títulos	1.064.344	195.927	-	47.523	1.307.794

d. *Plano de Benefícios CV ONS*

Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	19.390	19.390
LFT	-	25.037	-	-	25.037
Total de Títulos Públicos	-	25.037	-	19.390	44.427
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	17.841	-	-	-	17.841
Total de Títulos Privados	17.841	-	-	-	17.841
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	317.212	-	-	-	317.212
Títulos Públicos	7.089	12.727	28.045	-	47.861
Títulos Privados	11.151	32.171	-	-	43.322
Total	335.452	44.898	28.045	-	408.395
Total de Títulos	353.293	69.935	28.045	19.390	470.663

Posição em 31.12.17					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	16.999	16.999
LFT	-	23.527	-	-	23.527
Total de Títulos Públicos	-	23.527	-	16.999	40.526
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	16.255	-	-	16.255
Total de Títulos Privados	-	16.255	-	-	16.255
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	334.251	-	-	-	334.251
Títulos Públicos	20	23.673	-	-	23.693
Títulos Privados	-	10.120	-	-	10.120
Total	334.271	33.793	-	-	368.064
Total de Títulos	334.271	73.575	-	16.999	424.845

e. *Plano de Benefícios CV EPE*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.049	3.049
LFT	-	5.661	-	-	5.661
Total de Títulos Públicos	-	5.661	-	3.049	8.710
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	2.805	-	-	-	2.805
Total de Títulos Privados	2.805	-	-	-	2.805
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	49.680	-	-	-	49.680
Títulos Públicos	1.115	2.001	4.410	-	7.526
Títulos Privados	1.753	5.058	-	-	6.811
Total	52.548	7.059	4.410	-	64.017
Total de Títulos	55.353	12.720	4.410	3.049	75.532

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.616	2.616
LFT	-	5.320	-	-	5.320
Total de Títulos Públicos	-	5.320	-	2.616	7.936
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.501	-	-	2.501
Total de Títulos Privados	-	2.501	-	-	2.501
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	51.368	-	-	-	51.368
Títulos Públicos	2	3.643	-	-	3.645
Títulos Privados	-	1.557	-	-	1.557
Total	51.370	5.200	-	-	56.570
Total de Títulos	51.370	13.021	-	2.616	67.007

f. *Plano de Benefícios CD CERON*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.398	3.398
LFT	-	7.833	-	-	7.833
Total de Títulos Públicos	-	7.833	-	3.398	11.231
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	3.126	-	-	-	3.126
Total de Títulos Privados	3.126	-	-	-	3.126
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	55.368	-	-	-	55.368
Títulos Públicos	1.242	2.230	4.914	-	8.386
Títulos Privados	1.954	5.637	-	-	7.591
Total	58.564	7.867	4.914	-	71.345
Total de Títulos	61.690	15.700	4.914	3.398	85.702
Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.723	2.723
LFT	-	7.361	-	-	7.361
Total de Títulos Públicos	-	7.361	-	2.723	10.084
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.604	-	-	2.604
Total de Títulos Privados	-	2.604	-	-	2.604
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	53.488	-	-	-	53.488
Títulos Públicos	2	3.793	-	-	3.795
Títulos Privados	-	1.621	-	-	1.621
Total	53.490	5.414	-	-	58.904
Total de Títulos	53.490	15.379	-	2.723	71.592

g. *Plano de Gestão Administrativa (PGA)*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	37.323	-	-	-	37.323
Títulos Privados	1.228	5.521	-	-	6.749
Total	38.551	5.521	-	-	44.072

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	38.268	-	-	-	38.268
Total	38.268	-	-	-	38.268

6.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

a. *Consolidado*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	271.161	486.799
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
Total de Títulos Públicos	11.442	74.117	130.079	597.774	813.412

Consolidado - títulos até o vencimento

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	50.470	156.300	260.606	467.376
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	50.470	156.300	569.317	776.087

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	8.947	96.078	198.901	303.926
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
Total de Títulos Públicos	-	8.947	96.078	525.514	630.539

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	3.408	97.193	191.263	291.864
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	3.408	97.193	499.974	600.575

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	38.881	34.001	53.664	126.546
Total de Títulos Públicos	-	38.881	34.001	53.664	126.546

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	24.680	45.277	51.493	121.450
Total de Títulos Públicos	-	24.680	45.277	51.493	121.450

d. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	26.289	-	18.596	56.327
Total de Títulos Públicos	11.442	26.289	-	18.596	56.327

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	22.382	13.830	17.850	54.062
NTN-C					
Total de Títulos Públicos	-	22.382	13.830	17.850	54.062

6.2 Ações

a. Carteira Consolidada

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Carteira de Ações		
Instituições Financeiras	77.518	94.037
Companhias Abertas	226.192	232.260
Dividendos	135	34
Juros sobre Capital Próprio	1.692	2.108
Ações	305.537	328.439

b. Carteira por Plano de Benefícios

Em 31.12.18						
	BD	CD		CV		
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	Consolidado
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	28.001	33.146	1.700	13.154	1.517	77.518
Companhias Abertas	81.707	96.717	4.959	38.382	4.427	226.192
Dividendos	49	58	3	22	3	135
Juros sobre Capital Próprio	612	723	37	287	33	1.692
Total de Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	305.537

Em 31.12.17						
	BD	CD		CV		
Carteira de Ações	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	Consolidado
Instituições Financeiras	41.273	37.893	1.433	12.146	1.292	94.037
Companhias Abertas	101.938	93.591	3.540	29.999	3.192	232.260
A Receber						
Dividendos	15	14	1	4		34
Juros sobre Capital Próprio	925	849	32	273	29	2.108
Total de Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513	328.439

6.3 Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimento e fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.

EM 31.12.18

	<u>BD</u>	<u>CD</u>	<u>CV</u>	<u>CD</u>	<u>CV</u>		
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE	PGA	Consolidado
Fundo de Renda Fixa	581.695	1.235.805	403.737	70.743	63.478	44.070	2.399.528
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	475.386	791.025	255.713	44.806	40.205	44.070	1.651.205
FIM Votorantim Geribá Multimercado	95.326	237.452	70.744	12.396	11.123	-	427.041
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.983	207.328	77.280	13.541	12.150	-	321.282
Fundo de Ações	139.359	164.961	65.465	8.458	7.550	-	385.793
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	97.255	115.120	45.686	5.903	5.269	-	269.233
FIA SAO CONRADO	35.853	42.441	16.842	2.176	1.942	-	99.254
GRUMARI FIA	6.251	7.400	2.937	379	339	-	17.306
Fundo de Investimento em Participações	16.230	-	-	-	-	-	16.230
Hamilton LN FICFIP	16.230	-	-	-	-	-	16.230
Total	737.284	1.400.766	469.202	79.201	71.028	44.070	2.801.551

Em 31.12.17

	BD	CD		CV			Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Investimentos							
Fundo de Renda Fixa	583.368	1.181.778	58.742	366.692	56.425	39.216	2.286.221
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	546.324	853.649	41.731	260.501	40.085	39.216	1.781.506
FIM Votorantim Geribá Multimercado	26.718	129.600	5.647	35.254	5.425	-	202.644
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.326	198.529	11.364	70.937	10.915	-	302.071
Fundo de Ações	145.451	133.541	5.051	42.804	4.553	-	331.400
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	117.066	107.480	4.065	34.451	3.665	-	266.727
FIA SAO CONRADO	14.195	13.033	493	4.177	444	-	32.342
GRUMARI FIA	14.190	13.028	493	4.176	444	-	32.331
Fundo de Investimento em Participações	13.229	-	-	-	-	-	13.229
Hamilton LN FICFIP	13.229	-	-	-	-	-	13.229
Total	742.048	1.315.319	63.793	409.496	60.978	39.216	2.630.850

6.4 Investimentos Imobiliários

As aplicações em investimentos imobiliários são efetuadas pelo Plano BD Eletrobrás (participação de 72,54%) e pelo Plano CD Eletrobrás (participação de 27,46%).

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
Localização Uso próprio: Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2018	9.000	8.553
Locados às patrocinadoras:		182.158	142.517
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2017	64.832	65.520
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2017	9.758	9.880
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2017	6.166	6.180
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2018	101.402	60.937
Locados a terceiros: Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2017	57.253	58.460
Valores a receber		2.397	3.259
Total		250.808	212.789

6.4.1 Reavaliação de Imóveis

No exercício de 2018 a Entidade promoveu a avaliação dos imóveis do Edifício Metropolitan Center e do Edifício Mário Bhering, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados, cujos laudos técnicos foram elaborados observando as normas legais aplicáveis.

O resultado positivo das reavaliações de 2018 gerou um acréscimo de R\$ 5.955 mil.

.	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Ajuste	Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
Uso Próprio					
Edifício Metropolitan Center Rua Uruguaiana nº 174 - RJ	9.000	8.319	681	CCA	32 anos
Total	<u>9.000</u>	<u>8.319</u>	<u>681</u>		
Locadas a Terceiros					
Edifício Mário Bhering Rua da Quitanda, 196 - RJ	94.329	89.055	5.274	CCA	40 anos
Total	<u>94.329</u>	<u>89.055</u>	<u>5.274</u>		
Total Imóveis Reavaliado	<u>103.329</u>	<u>97.374</u>	<u>5.955</u>		

CCA - Câmara de Consultores Associados

O imóvel do Edifício Mário Bhering foi locado para a patrocinadora Eletrobras e ocorreram benfeitorias para atender às suas necessidades de ocupação. No exercício ocorreram benfeitorias no referido imóvel no montante de R\$ 37.538.

7 Realizável - Gestão assistencial

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

8 Exigível operacional - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Contas a pagar	761	751
IRRF a recolher	6.404	5.939
Retenções a recolher	21	56
Total	<u>7.186</u>	<u>6.746</u>

9 Exigível operacional - Gestão administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela Eletros relativos a gestão administrativa, como segue:

Descrição	<u>Exercício findo em</u>	
	31.12.18	31.12.17
Contas a pagar (a)	7.432	7.070
Retenções a recolher	638	632
Receita Antecipadas (b)	908	1.348
Outras exigibilidades (c)	1.342	1.196
Total	10.320	10.246

- (a) Refere-se preponderantemente a provisão de férias e de remuneração variável dos empregados.
- (b) Referem-se aos recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, que tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.
- (c) Refere-se a seguro de vida dos aposentados

10 Exigível contingencial

10.1 Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Descrição	<u>Exercício findo em</u>	
	31.12.18	31.12.17
Gestão Previdencial	11.097	12.758
Aposentadorias	91	87
Processos Cíveis e Trabalhistas	10.107	10.744
Processos Trabalhistas	899	1.927
Gestão Administrativa	19.677	17.103
Contingências Tributárias	19.429	16.728
Outros processos	248	375
Investimentos	3.672	3.590
Tributárias IN SRF 170	3.115	3.048
RET	556	541
Outros Processos	1	1
Total	34.446	33.451

10.1.1 Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros. Houve variação nos valores contingenciados ao longo do ano de 2018 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos com decisão desfavorável à ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependentes de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo Juízo.

10.1.2 Contingências da Gestão administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 2.666 mil (R\$ 2.287 mil em 2017) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 15.320 mil (R\$ 13.092 mil em 2017).

10.1.3 Contingências de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social(PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Regime Especial de Tributação (RET).

11 Passivos e ativos contingentes

11.1 Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.968 mil (R\$ 1.353 mil em 2017) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

11.2 Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária n. 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes. Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. Foi atribuído valor à causa de R\$ 1.474.206.593,22. O processo encontra-se em fase inicial, com apresentação de contestação pela União, juntada em 29/07/2016, e determinação de produção de prova pericial contábil em 04/11/2016 e fixação de honorários periciais em 31/01/2018, depositados pelas partes. Em 31/08/2018 determinou-se a intimação da perita para ciência e a intimação das partes para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, diligências essas cumpridas pelas partes. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, por esse motivo não há registro contábil sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. As principais peças processuais e demais documentos das ações em referência estão disponíveis no portal da ABRAPP, no endereço: <http://www.abrapp.org.br>.

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	3.823.799	3.372.186
Benefícios concedidos	3.823.799	3.372.186
Contribuição definida	921.151	684.443
Benefício definido	2.902.648	2.687.743
Benefícios a conceder	1.590.344	1.686.981
Contribuição definida	1.351.107	1.385.564
Benefício definido	239.237	301.417
Provisões matemáticas a constituir	(651.812)	(95.659)
(-) Serviço passado	(45.364)	(70.994)
Patrocinadora Eletrobrás	(24.000)	(44.923)
Atividade Especial e Processos Judiciais	(21.364)	(26.071)
(-) Déficit equacionado	(606.448)	(24.665)
Total	4.762.331	4.963.508

12.1 Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido. No caso de Planos CD/CV, corresponde ao somatório dos saldos individuais dos assistidos, desde que o assistido não esteja em gozo de Renda Vitalícia.

12.2 Benefícios a conceder

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, no caso dos planos CD/CV. No caso de planos de benefício definido, corresponde ao valor presente do compromisso futuro com os atuais ativos do Plano, descontado o valor presente das contribuições normais a serem pagas até a aposentadoria.

12.3 Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Atividade especial e Processos Judiciais

Registram os valores a serem aportados pelas patrocinadoras referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reservas em função das demandas judiciais, no montante de R\$ 21.364 mil em 2018 (R\$ 26.071 mil em 2017). Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
ELETROBRAS	BD	11.121	18.969
ELETROBRAS	CD	2.577	370
CEPEL	BD	-	-
CEPEL	CD	7.666	6.732
Total		21.364	26.071

12.4 Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à *Déficit Técnico* no montante de R\$ 606.448 mil em 2018 (R\$ 24.665 mil em 2017), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial, distribuídos da seguinte forma:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
Déficit Equacionado	BD	(606.448)	(24.665)
Total		(606.448)	(24.665)

Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

Dos R\$ 606.448 mil temos que:

Descrição	31.12.2018
(a) Deficit Equacionado exercício 2011	(19.792)
(b) Deficit Equacionado exercício 2013	(357.394)
(c) Deficit Equacionado exercício 2015	(229.262)
Total	(606.448)

12.5 Premissas atuariais e composição das provisões matemáticas por plano de benefícios

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas à massa de participantes do plano, aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº15, de 19/11/2014, publicada no Diário Oficial em 24/11/2014.

Plano BD Eletrobrás		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,64% a.a.	5,65% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Capacidade Salarial	98%	97%
Capacidade de Benefício	98%	97%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica- M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua Sobrevivência de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Família Real (*)

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 70% (75% em 2017) dos participantes são casados e que as mulheres são 6 anos (4 anos em 2017) mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

12.5.1 Composição das Provisões Matemáticas - Plano BD Eletrobrás

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	2.110.667	2.528.726
Benefícios concedidos	2.565.857	2.405.001
Benefício definido	2.565.857	2.405.001
Benefício a conceder	186.379	212.281
Benefício definido	186.379	212.281
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(641.569)	(88.556)
(-) Serviço passado	(35.121)	(63.891)
(-) Patrocinador(es)	(35.122)	(63.891)
Atividade Especial	(11.121)	(18.968)
Artigo 61 Adicional 2011	(24.000)	(44.923)
(-) Deficit equacionado	(606.448)	(24.665)
(-) Deficit Equacionado 2011	(19.792)	(24.665)
(-) Patrocinador(es)	(4.242)	(8.188)
(-) Participantes	(1.274)	(2.184)
(-) Assistidos	(14.276)	(14.293)
(-) Deficit Equacionado - Equacionamento 2013	(357.394)	-
(-) Patrocinador(es)	(108.076)	-
(-) Participantes	(22.339)	-
(-) Assistidos	(226.979)	-
(-) Deficit Equacionado 2015	(229.262)	-
(-) Patrocinador(es)	(47.687)	-
(-) Participantes	(14.108)	-

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
(-) Assistidos	(167.467)	-
Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)
Resultados Realizados	(164.581)	(603.895)
(-) <i>Deficit técnico acumulado</i>	(164.581)	(603.895)

Os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 utilizaram, como base regulamentar, o artigo 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, o qual atribui à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados “blindados”, e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

O artigo 61 foi objeto de questionamento da SEST durante a fase de análise do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013. O entendimento da Secretaria era de que a patrocinadora não podia assumir a responsabilidade exclusiva de pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos.

O assunto foi submetido à análise da PREVIC, órgão de supervisão das entidades de previdência complementar, que respondeu à SEST corroborando as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União - Conjur/AGU que classificara o artigo 61 do Plano BD Eletrobrás como inconstitucional e ilegal.

A resposta da PREVIC fundamentou a decisão da SEST de não aprovar os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015, recomendando à patrocinadora Eletrobras, providências junto à ELETROS para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo - CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada, por maioria, a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados “blindados”, e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, através do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC, determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamento de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do parágrafo segundo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros em 02/02/2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e seu encaminhamento a Previc para a sua aprovação. Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos deficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que fosse aprovado o Termo de Ajuste de Conduta negociado com a PREVIC. Nessa mesma reunião foi aprovada a manutenção das contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011.

Em 11 de fevereiro de 2019, foi publicada a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no Diário Oficial da União, celebrado entre Previc e ELETROS (Ver Nota Explicativa 17).

A redução do Déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2018 refere-se, substancialmente, à transferência dos saldos relativos aos déficits técnicos acumulados até os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2015 para a rubrica “Provisões Matemáticas a Constituir”. A Administração da Eletros, amparada no parecer atuarial elaborado por atuário externo contratado, promoveu tal transferência por entender que evidencia de maneira apropriada a situação atual, uma vez que os novos planos de equacionamento foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Fundação, contemplando as alterações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre Previc e Eletros (TAC) - supracitado.

12.5.2 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD Eletrobrás

Plano CD Eletrobrás		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,25% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) No cálculo do benefício é utilizada a composição familiar real declarada pelo mesmo para todos, com exceção dos benefícios BPDS. Para a Parcela BPDS: Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para assistidos os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.

OBS 1: No BPDS e na Renda Vitalícia o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	1.880.487	1.770.397
Benefícios concedidos	1.147.486	884.672
Contribuição definida	810.696	601.930
Benefício definido	336.790	282.742
Benefício a conceder	743.241	892.880
Contribuição definida	690.384	803.744
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	385.727	483.825
Saldo de contas - Parcela participantes	304.657	319.919
Benefício definido	52.857	89.136
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(10.242)	(7.155)
(-) Serviço passado	(10.242)	(7.155)
(-) Patrocinador(es)	(10.242)	(7.155)
Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)
Resultados Realizados	(13.370)	(3.952)
(-) Déficit técnico acumulado	(13.370)	(3.952)

O resultado apresentado, Déficit Técnico, foi de R\$ 13.370 e foi calculado considerando a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015. Desse valor, R\$ 13.420 mil referem-se à Parcela BPDS, enquanto a Parcela de Renda Vitalícia apresentou um resultado positivo de R\$ 50 mil.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

12.5.3 Composição das Provisões Matemáticas Plano CV ONS

Plano CV ONS		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,25% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	589.982	514.265
Benefícios concedidos	98.673	72.860
Contribuição definida	98.673	72.860
Benefício a conceder	491.309	441.405
Contribuição definida	491.309	441.405
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	221.152	198.846
Saldo de contas - Parcela participantes	270.157	242.559

12.5.4 Composição das Provisões Matemáticas Plano CV EPE

Plano CV EPE		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,25%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	86.346	73.055
Benefícios concedidos	9.537	7.268
Contribuição definida	9.537	7.268
Benefício a conceder	76.809	65.787
Contribuição definida	76.809	65.787
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	35.422	30.069
Saldo de contas - Parcela participantes	41.387	35.718

12.5.5 Composição das Provisões Matemáticas Plano CD CERON

Plano CD CERON		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável	Não Aplicável

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	94.848	77.013
Benefícios concedidos	2.244	2.385
Contribuição definida	2.244	2.385
Benefício a conceder	92.604	74.629
Contribuição definida	92.604	74.628
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	45.566	36.648
Saldo de contas - Parcela participantes	47.038	37.980

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

13 Fundos

13.1 Fundos previdenciais

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Fundos previdenciais	31.12.18	31.12.17
Fundo de risco	48.858	43.114
Fundo de reversão do Patrocinador	3.779	2.963
Total	52.637	46.077

Para o Plano CD Eletrobrás:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;

- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV EPE:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV ONS:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.

Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CD CERON:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.2 Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 8.100 mil em 2018 (R\$ 8.073 mil em 2017) foram usados no custeio R\$ 1.334 mil em 2018 (R\$ 4.499 mil em 2017), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 100.270 mil em 2017 (R\$ 93.504 mil em 2017).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2018 e 2017 foram rateadas entre as gestões a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo do grupo Pessoal e Encargos de cada área na matriz do rateio.

O rateio das despesas administrativas Previdenciais foi baseado no número de participantes de cada plano de benefícios da Eletros, com a utilização de um critério de ponderação que atribui pesos de acordo com a categoria dos participantes nos respectivos planos de benefícios, considerando-se o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho, dadas as suas características e operacionalidade. Consideramos também no critério o tempo de maturação dos planos de benefícios.

Para o rateio das despesas administrativas de investimentos foi utilizado o critério que baseia-se no patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela ELETROS.

13.3 Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos tem como fonte de recursos a taxa prestamista e a rentabilidade do próprio fundo, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 14.843 mil (R\$ 11.955 mil em 2017).

14 Outras informações

14.1 Ajustes de precificação de ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, a PREVIC divulgou a Instrução nº 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução nº 16/2014, a Instrução nº 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios BD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtdes	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,64%	Valor Curva 5,64%	Diferença
15/05/55	10.000	6,8614	2,8315	28.315	3,3595	33.595	5.280
15/08/50	11.400	6,5181	3,0193	34.420	3,3969	38.725	4.305
15/08/50	3.600	6,0990	3,1905	11.486	3,3969	12.230	744
15/08/40	30.000	6,4900	3,0571	91.713	3,3697	101.090	9.377
15/05/35	10.000	5,6587	3,2968	32.968	3,3030	33.030	62
15/08/26	10.000	5,7925	3,2664	32.664	3,2953	32.953	289
15/08/24	786	5,9993	3,2282	2.537	3,2807	2.579	42
15/08/24	20.000	7,3246	3,0438	60.876	3,2807	65.614	4.738
15/05/23	1.700	6,0291	3,1789	5.404	3,2245	5.481	77
15/08/22	1.100	6,0590	3,2212	3.543	3,2627	3.589	46
	98.586	6,2831	-	303.926	-	328.886	24.960

NTN-C							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
01/01/31	55.345	6,1587	5,9014	326.613	6,1198	338.701	12.088
	55.345	6,1587	-	326.613	-	338.701	12.088
Total	153.931	6,271	-	630.539	-	667.587	37.048

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD ELETROBRÁS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	BD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.18	31.12.17
a) Resultado Realizado	(164.581)	(603.895)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(164.581)	(603.895)
b) Ajuste de Precificação	37.048	35.382
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(127.533)	(568.513)

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios CD ELETROBRAS - parcela BPDS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,25%	Valor Curva 5,25%	Diferença
15/08/50	5.000	7,0996	2,8059	14.030	3,5898	17.950	3.920
15/05/45	2.100	6,1800	3,1147	6.542	3,5160	7.384	842
15/08/40	100	5,9987	3,2322	323	3,5291	353	30
15/08/40	1.000	6,0500	3,2132	3.213	3,5291	3.529	316
15/05/35	10.000	7,3815	2,7847	27.847	3,4373	34.373	6.526
15/08/30	91	5,7234	3,3020	300	3,4295	312	12
15/08/26	5.700	6,3384	3,1654	18.043	3,3709	19.214	1.171
15/08/24	5.000	6,2540	3,1916	15.958	3,3390	16.695	737
15/05/23	4.000	6,3942	3,1369	12.548	3,2711	13.084	536
15/08/22	905	6,3295	3,1947	2.891	3,3021	2.988	97
15/08/22	1.895	6,4822	3,1799	6.026	3,3021	6.257	231
15/05/21	3.500	6,5083	3,1468	11.014	3,2312	11.309	295
15/08/20	1.800	6,1200	3,2195	5.795	3,2606	5.869	74
	41.091	6,4280	-	124.530	-	139.317	14.787

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano CD ELETROBRÁS - parcela BPDS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	CD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.18	31.12.17
a) Resultado Realizado	(13.420)	(4.116)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(13.420)	(4.116)
b) Ajuste de Precificação	14.787	15.045
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	1.367	10.929

15 Apresentação dos efeitos da consolidação

Consolidação de Balancetes									
31.12.18									
Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	8	21	15	10	10	10	-	-	74
Realizável	2.030.620	1.944.252	129.421	90.412	604.364	104.466	-	100.312	4.803.223
Gestão Previdencial	9.811	860	-	-	-	-	-	-	10.671
Gestão Administrativa	58.743	32.348	29.023	552	4.418	4.209	-	100.312	28.981
Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.398	89.860	599.946	100.257	-	-	4.763.571
Permanente	-	-	833	-	-	-	-	-	833
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163
Total do Ativo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	-	100.312	4.832.293
Exigível Operacional	4.429	1.873	10.322	111	655	205	42	-	17.553
Gestão Previdencial	4.403	1.858	-	110	652	205	42	-	7.186
Gestão Administrativa	-	-	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Investimentos	26	15	1	1	3	-	-	-	46
Exigível Contingencial	13.252	1.519	19.677	-	-	-	-	-	34.448
Gestão Previdencial	10.432	666	-	-	-	-	-	-	11.098
Gestão Administrativa	-	-	19.677	-	-	-	-	-	19.677
Investimentos	2.820	853	-	-	-	-	-	-	3.673
Patrimônio Social	2.012.947	1.940.881	100.270	90.311	603.719	104.271	100.270	-	4.752.129
Patrimônio de Cobertura	1.946.086	1.867.116	-	86.347	589.982	94.849	-	-	4.584.380
Fundos	66.861	73.765	100.270	3.964	13.737	9.422	100.270	-	167.749
Previdenciais	-	35.644	-	3.383	8.397	5.213	-	-	52.637
Administrativos	58.743	32.348	100.270	552	4.418	4.209	100.270	-	100.270
Investimentos	8.118	5.773	-	29	922	-	-	-	14.842
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163
Total do Passivo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	100.312	-	4.832.293

**Fundação Eletrobrás de
Seguridade Social - ELETROS**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Consolidação de Balancetes

31.12.17

Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	5	10	1	7	5	5	-	-	33
Realizável	2.008.219	1.833.713	119.832	77.456	526.298	84.680	-	93.552	4.556.646
Gestão Previdencial	17.235	895	-	-	-	-	-	-	18.130
Gestão Administrativa	57.421	28.929	26.555	591	3.371	3.192	-	93.552	26.507
Investimentos	1.933.563	1.803.889	93.277	76.865	522.927	81.488	-	-	4.512.009
Permanente	-	-	1.020	-	-	-	-	-	1.020
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Ativo	2.008.224	1.833.823	120.853	77.463	526.303	84.685	-	93.552	4.585.085
Exigível Operacional	4.399	1.596	10.246	108	562	187	48	-	17.050
Gestão Previdencial	4.353	1.586	-	107	561	187	48	-	6.746
Gestão Administrativa	-	-	10.246	-	-	-	-	-	10.246
Investimentos	46	10	-	1	1	-	-	-	58
Exigível Contingencial	14.861	1.488	17.103	-	-	-	-	-	33.452
Gestão Previdencial	12.104	654	-	-	-	-	-	-	12.758
Gestão Administrativa	-	-	17.103	-	-	-	-	-	17.103
Investimentos	2.757	834	-	-	-	-	-	-	3.591
Patrimônio Social	1.988.964	1.830.639	93.504	77.355	525.741	84.498	93.504	-	4.507.197
Patrimônio de Cobertura	1.924.827	1.766.498	-	73.056	514.265	77.015	-	-	4.355.661
Fundos	64.137	64.141	93.504	4.299	11.476	7.483	93.504	-	151.536
Previdenciais	-	30.655	-	3.695	7.436	4.291	-	-	46.077
Administrativos	57.422	28.929	93.504	590	3.371	3.192	93.504	-	93.504
Investimentos	6.715	4.557	-	14	669	-	-	-	11.955
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Passivo	2.008.224	1.833.723	120.853	77.463	526.303	84.685	93.552	-	4.485.085

16 Transferência de gerenciamento do Plano CD CERON

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na página 118, seção 3, edição 211 do Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.

Em 25/02/2019, a Ceron encaminhou correspondência à Eletros solicitando a transferência de gerenciamento do Plano CD CERON para a ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, observado o disposto na legislação aplicável, tendo como data base o dia 31 de janeiro de 2019.

17 Eventos subsequentes

a. Novos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobras

Em 11 de fevereiro de 2019, foi publicada a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no Diário Oficial da União, celebrado entre Previc e ELETROS. Este TAC trata dos ajustes a serem efetuados nos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015, citados na nota explicativa nº. 12.5.1, de forma à adequá-los à paridade contributiva entre participantes e assistidos, de um lado, e Patrocinadoras, de outro; e, das alterações do regulamento do Plano BD Eletrobras, a fim de não considerar a obrigação assumida no art. 61, § 2º, do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, mas tão somente a legislação relativa ao equacionamento de déficits (art. 21 da Lei Complementar 109/2001; art. 6º da Lei Complementar 108/2001 e Resolução CGPC 26/2008).

Está previsto no TAC, ainda, que a ELETROS analisará, em conjunto com as Patrocinadoras, a eventual necessidade de adotar alguma providência quanto ao equacionamento do déficit dos exercícios de 2010 e 2011 que fora devidamente implementado, observado o disposto no § 1º do art. 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, não declarado nulo pelo Ofício nº 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 26.12.2017, bem como o entendimento manifestado pela Diretoria de Licenciamento da PREVIC no despacho CAL de 04 de dezembro de 2017.

Estima-se que os novos Planos de Equacionamento do Plano BD Eletrobrás serão implementados em até 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da publicação do TAC no Diário Oficial da União, salvo eventual atraso em alguma das etapas do processo. O processo inclui, ainda, etapas de aprovação por parte das Patrocinadoras e seu órgão de controle (SEST/Ministério do Planejamento).

Cumprir informar que até a presente data os prazos previstos no TAC estão sendo atendidos pela ELETROS.

Em 11 de março de 2019, foram aprovados, pelo Conselho Deliberativo da Eletros, os novos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD dos Exercícios de 2013 e 2015, nos termos estabelecidos no TAC aprovado pela PREVIC, em linha com o que foi solicitado pela Secretaria de Governança e Controle das Empresas Estatais - SEST, por meio do Ofício nº 59092/2017 do Ministério do Planejamento-MP, conforme estabelecido na Nota Técnica nº 11021/2017-MP, encaminhada à ELETROS pela Eletrobras, por meio da Carta DJ nº 2622/2017, de 27/09/2017, bem como as Minutas de Termos de Compromisso a serem celebrados com as Patrocinadoras Eletrobras e CEPTEL.

Nos dias 13 e 14 de março de 2019, foram enviadas Cartas às patrocinadoras Eletrobras e CEPTEL com o envio dos documentos acima, para dar sequência aos demais prazos do Cronograma do TAC.

* * *

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3